

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone : 517 700

Fax : 517844

website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

11ª Sessão Ordinária

25 – 29 de Junho de 2007

ACRA – GANA

EX.CL/342 (XI)

ANÁLISE DO RELATÓRIO SOBRE O
ACOMPANHAMENTO DO DIÁLOGO ÁFRICA-EUROPA

ANÁLISE DO RELATÓRIO SOBRE O ACOMANHAMENTO DO DIÁLOGO ÁFRICA-EUROPA

I. INTRODUÇÃO

1. No quadro do diálogo África-UE, a 8ª Reunião Ministerial dos Troikas África-UE realizou-se aos 15 de Maio de 2007. Esta reunião foi precedida de uma reunião de Altos funcionários aos 12 e 13 de Maio de 2007. A reunião analisou o Projecto de Linhas Gerais para a Estratégia Conjunta África/UE, os preparativos para a Segunda Cimeira África-UE dos Chefes de Estado e de Governo prevista para Dezembro de 2007 em Lisboa, Portugal e reviu as questões relativas ao reforço do diálogo África-UE, à paz e Segurança, à boa governação, à integração regional e ao comércio e às questões cruciais do desenvolvimento. Os Ministros aprovaram as Linhas Gerais para a Estratégia Conjunta África-UE e adaptaram um comunicado.

II. REFORÇO DO DIÁLOGO ENTRE ÁFRICA E A UE

a) Projecto de Linhas Gerais para a Estratégia Conjunta África-UE

2. Há que recordar que em Janeiro de 2007, na sua reunião realizada em Adis Abeba, na Etiópia, o Conselho Executivo decidiu que a Troika Africana fosse alargada de modo a incluir o “*chef de file*” e qualquer outro Estado-Membro interessado em acompanhar os mecanismos de cooperação e os preparativos para a Cimeira de Lisboa, bem como para finalizar a Estratégia Conjunta África-Europa baseada nos documentos do Cairo e incluindo outros documentos relevantes, para ser apresentada na próxima sessão ordinária do Conselho Executivo prevista para Julho de 2007. Na sequência desta decisão, a Comissão da União Africana e a Comissão Europeia trabalharam afincadamente sobre as Linhas Gerais da Estratégia Conjunta África-UE através de alguns workshops de reflexão, de consultas com actores tais como a sociedade civil e o Parlamento Pan-africano da parte de África.

3. Ao elaborarem as grandes linhas, a equipa de redacção e os Peritos da Troika reconheceram que África e a Europa estão ligadas pela história, cultura e geografia, bem como pela comunhão de valores para os quais elas todas contribuem. Estes incluem: o respeito pelos direitos humanos, pela liberdade, a igualdade, a solidariedade, a justiça, o estado de direito e a democracia, conforme consagrados nos acordos internacionais e nos textos constitutivos das respectivas Uniões. As Linhas Gerais também têm em conta as mudanças institucionais que ocorreram no UE e em África, bem como nos sistemas internacionais.

4. As Linhas Gerais sobre a Estratégia Conjunta África-UE são compostas por quatro capítulos principais, nomeadamente :

- I. Contexto, visão partilhada e princípios;
- II. Objectivos;
- III. Novas abordagens
- IV. Estratégias, Actores, Implementação e Mecanismos de Acompanhamento.

5. O primeiro capítulo trata do contexto e dos imperativos do desenvolvimento da estratégia conjunta. Também, proporciona a visão partilhada de ambos os parceiros e os princípios que regem a parceria estratégica. O segundo capítulo esboça os objectivos comuns que visam adicionar mais valias à parceria reforçada. Em resumo, estes objectivos são:

- i) Reforçar e elevar a parceria política África-UE para tratar de questões de interesse comum;
- ii) Continuar a promover a paz, a segurança, o desenvolvimento duradouro, os direitos humanos e a integração regional e continental em África;
- iii) Enfrentar juntos os desafios globais;
- iv) Facilitar e promover uma parceria de base alargada e abrangente centrada no povo.

6. O Capítulo três esboça as novas abordagens da parceria que estão a ser elevadas para os níveis político, social e económico bem como a ser centrada no povo. O capítulo quatro é basicamente o capítulo operacional que tem as estratégias basilares que devem ser aplicadas a fim de se atingir os objectivos. Quanto às estratégias, as grandes linhas seguiram as instruções de Viena de assegurar que os quatro núcleos nomeadamente a paz e segurança, a governação e os direitos humanos, a integração regional e o comércio e as questões cruciais do desenvolvimento que constituíram grande parte do diálogo nos últimos sete anos, foram abordadas de forma clara. Outro componente do capítulo prende-se com a importância fundamental de envolver todos os actores no processo, em particular na implementação da estratégia. O último componente neste capítulo trata da questão da implementação, da monitorização e avaliação, do financiamento e mecanismo de acompanhamento.

7. A Troika Ministerial África-UE, na sua reunião realizada a 15 de Maio de 2007, em Bruxelas, na Bélgica, aprovou as Linhas Gerais sobre a Estratégia Conjunta África-UE visto que constitui uma base sólida para a elaboração de uma Estratégia Conjunta Anónima que proporciona um fundamento sólido para uma parceria estratégica ambiciosa e a longo prazo entre a UE e África. Neste sentido, a Troika mandatou os peritos da Troika para trabalharem na redacção da Estratégia completa para análise da mesma na próxima reunião em Acra, no Gana. Os Peritos prepararão também o primeiro plano de implementação com alvos e prazos específicos. A estratégia e o primeiro plano de implementação seriam adoptados pela Cimeira África-UE de Lisboa, em Portugal.

b) Preparação da Cimeira de Lisboa

8. Os Ministros da Troika foram informados sobre os preparativos da próxima Cimeira de Lisboa. Congratularam-se com o progresso alcançado e reiteraram mais uma vez a necessidade de acelerar os trabalhos para a realização da Cimeira África-UE prevista para Dezembro de 2007, em Lisboa, Portugal onde a Estratégia Conjunta África-UE seria adoptada. A reunião apelou à participação de alto nível de todos os Estados Africanos e de todos os Estados Membros da UE e de toda UE.

III. PAZ E SEGURANÇA

9. Os Ministros acolheram com agrado o progresso alcançado pelo Conselho de Paz e Segurança e os esforços desenvolvidos pelas diferentes partes para trazer a paz e a estabilidade aos países em conflitos. Os Ministros trocaram ideias sobre a situação no Darfur, no Sudão, na Somália, na Côte d'Ivoire e na Região dos Grandes Lagos. A União Europeia prometeu continuar a apoiar os esforços enviados pela UA para a manutenção da paz nas áreas de conflitos e assegurar ajuda financeira à Arquitectura Africana para a Paz e Segurança, incluindo às Estruturas Africanas da Paz. A UE informou a parte Africana sobre a sua intenção de desenvolver o RECAMP enquanto um dos seus instrumentos. Os Ministros trocaram também ideias sobre a situação no Kosovo.

IV. GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

10. Os Ministros frisaram a necessidade de colaboração entre a UA e a UE numa vasta gama de questões de governação e de sua melhoria nos sectores públicos e empresariais. Acordou-se também que havia a necessidade de trocar informações sobre a iniciativa de Governação da UE para que todas as partes tenham a mesma compreensão das questões de governação. A UE manifestou a sua disponibilidade para apoiar a processo do MARP desde a fase da avaliação até a fase de reforma. Os Ministros acordaram que as duas Comissões devem convocar uma reunião de Peritos sobre os direitos humanos

conforme foi acordado na reunião anterior da Troika e convocar também uma reunião de Peritos sobre os bens culturais. Todavia, há que notar que a reunião sobre os bens culturais não foi prevista no orçamento actual.

V. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMÉRCIO

11. Os Ministros regozijaram-se com o dinamismo imprimido às negociações sobre os Acordos de Parceria Económica com vista a concluir as negociações dentro dos prazos acordados. Contudo, a parte Africana recordou a Declaração da Cimeira da UA de Janeiro de 2007 que apelou à UE a considerar a prorrogação do prazo para as negociações da APE para lá de 2007. Os Ministros acordaram que o processo da APE deve assegurar o desenvolvimento e a integração regional em África. Neste sentido, os Ministros comprometeram-se a envidar esforços no sentido de apoiar as infra-estruturas de comércio, reforçar as capacidades produtivas de África e superar os obstáculos à oferta paralela.

12. O prazo para a conclusão das negociações sobre os Acordos de Parceria Económica permanece numa área de posições divergentes. A UE insiste na sua intenção de finalizar as negociações em Dezembro de 2007, enquanto que a parte africana opina que há ainda várias áreas para negociar, em particular a dimensão do desenvolvimento que requer uma prorrogação das negociações para lá de Dezembro de 2007.

VI. QUESTÕES CRUCIAIS DO DESENVOLVIMENTO

13. A Troika debateu três questões cruciais, à migração, a energia e as infra-estruturas e a mudança climática. Os Ministros registaram com agrado a Declaração sobre a Conferência Ministerial Conjunta UE-África realizada em Novembro de 2006, em Tripoli. Os Ministros apelaram às duas Comissões para trabalharem sobre o plano de acção com vista a implementar as disposições da Declaração de Tripoli e os Ministros concordaram que o plano de acção devia ser apresentado na próxima reunião da Troika em Acra, no Gana.

14. No que diz respeito à energia e às infra-estruturas, os Ministros notaram com satisfação que a Parceria exigida no quadro do Comunicado de Brazzaville de Outubro de 2006, em particular durante o Fórum da Energia África-UE realizado aos 6 e 7 de Março de 2007, em Berlim. Os Ministros regozijaram-se com os compromissos da UE no quadro da parceria no domínio energético e a sua integração no futuro diálogo sobre a Estratégia Conjunta UE-África, consolidando o quadro global da Parceria de Infra-estruturas UE-África.

15. Os Ministros da Troika registaram as informações fornecidas pela CE e pela CUA sobre o lançamento em Setembro de 2007 da Parceria de infra-estruturas UE-África de curto prazo (i-STAP) e os programas do Quadro

Estratégico de longo e médio prazo (MLTSF) nos sectores de transporte, energia, água e saneamento básico e tecnologias de informação e comunicação de modo a facilitar a inter-conectabilidade e o acesso aos serviços aos níveis continental, regional e nacional em África.

16. Quanto à mudança climática, a reunião registou com preocupação as recentes conclusões do Painel Inter-Governamental da ONU sobre a Mudança Climática (GICC) que fornece provas irrefutáveis de que a mudança climática causada pelo Homem está a acontecer e dará origem a efeitos mais negativos particularmente nas regiões em desenvolvimento, incluindo o Continente Africano. A UE congratulou-se com a discussão sobre a mudança climática no quadro da Cimeira de Janeiro de 2007 e manifestou a sua disponibilidade para apoiar a União Africana a enfrentar os desafios da mudança climática. Esta será uma das áreas nucleares da cooperação no âmbito da Estratégia Conjunta UE-África e será debatida como ponto prioritário na agenda da próxima Cimeira UE-África. “Mudança Climática e Desenvolvimento” será também o tema das segundas “Jornadas Europeias do Desenvolvimento” previstas de 7 a 9 de Novembro de 2007, em Lisboa.

17. Os Ministros acordaram também que as questões da ODA, da dívida e do retorno dos fundos ilegalmente adquiridos fossem reflectidas e analisadas num futuro debate.

VII. CHEFES DE FILAS/CHEF DE FILES

18. Os chefes de filas em exercício cumprem os seus mandatos desde 2000. Talvez seja necessário que os Estados-Membros se revezem nesta função importante para que todos tirem lições do processo. Por isso, recomenda-se que os novos Membros sejam seleccionados como “chef de files” de acordo com diálogo E-África. A lista dos “chef de files” em exercício e as suas áreas de coordenação são as seguintes:

África do Norte

Argélia	Paz e Segurança
Egipto	Bens Culturais
Tunísia	Agricultura e Segurança Alimentar e TCI

África Ocidental

Burkina Faso	Migração e Tráfico de Seres Humanos
Nigéria	Bens Culturais e Dívida Externa
Senegal	Migração, Tráfico de Seres Humanos e Dívida Externa

África do Leste

Etiópia	Bens Culturais
Quénia	Dívida Externa

África Central

Gabão	VIH/SIDA
-------	----------

África Austral

Moçambique	VIH/SIDA
África do Sul	Integração Regional e Comércio
Zâmbia	Governança e Direitos Humanos

Anexo: Comunicado Final de 15 de Maio de 2007

Grandes Linhas Finais para a Estratégia Conjunta
África-UEE

EX.CL/342 (XI)
Anexo I

COMUNICADO FINAL DA 8ª REUNIÃO MINISTERIAL
DAS TROIKAS DA UE/ÁFRICA
Bruxelas, aos 15 de Maio de



Comunicado Final

8ª REUNIÃO MINISTERIAL DAS TROIKAS DA UE/ÁFRICA Bruxelas, aos 15 de Maio de 2007

No quadro do diálogo UE-África, a 8ª Reunião Ministerial das Troikas da UE e de África teve lugar em Bruxelas, aos 15 de Maio de 2007. A Reunião Ministerial foi co-presidida pelo Dr. Javier Solana, Secretário-geral/Alto Representante para a Política Estrangeira e de Segurança Comum do Conselho da União Europeia e por Sua Excelência Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Gana e presidente em exercício do Conselho Executivo da União Africana.

A Troika africana foi também composta por Sua Excelência, o Sr. Embaixador Raymond Serge Bale, em representação do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Congo, pelo Dr Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos e pelo Embaixador Said Djinnit, Comissário para a Paz e Segurança da União Africana.

A Troika da UE foi igualmente composta pelo Dr. Garrot Eler, Ministro de Estado do Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, por Sua Excelência o Dr. Luís Amado, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Dr. Olli Rehn, Comissário para o Alargamento da Comissão Europeia.

1. DIÁLOGO UE/ÁFRICA

a) Debate e aprovação das linhas gerais da Estratégia Conjunta UE/África

Os Ministros congratularam-se e aprovaram as linhas gerais da Estratégia Conjunta UE/África conforme elaboradas pelos peritos da Troika da UA e de África. Os Ministros reconheceram-na como uma excelente base para a elaboração de uma Estratégia Conjunta completamente autónoma que proporciona um fundamento sólido para uma parceria estratégica ambiciosa e a longo prazo entre a UE e África que produza resultados positivos e concretos para os povos em África, Europa e além. Os Ministros concordaram que esta estratégia estabelece também um quadro claro para as futuras relações de ambos continentes, sendo dado maior valor à busca dos quatro objectivos identificados nas linhas gerais, nomeadamente (1) reforçar e aumentar a parceria política entre a UE/África para abordar questões de interesse comum

(2) continuar a promover a paz, a segurança, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos e a integração regional e continental em África (3) enfrentar em conjunto os desafios mundiais e (4) facilitar e promover uma parceria alargada e abrangente centrada no povo.

Os Ministros encarregaram os peritos da Troika UE/África a prosseguir com a sua tarefa importante e a elaborar sem demora e em consultas permanentes com todos os actores interessados, incluindo a sociedade civil, uma Estratégia conjunta UE/África e um plano de acção inicial a ser apresentado na próxima Troika Ministerial UE/África no decurso do segundo semestre de 2007 com vista à sua adopção na segunda Cimeira UE/África em Lisboa. A próxima Troika Ministerial da UE/África avaliará o progresso alcançado a respeito.

Ambas as partes acordaram que a Estratégia Conjunta deverá ser um documento conciso que incorporará um consenso de valores, interesses comuns e objectivos estratégicos UE/África. Ambas as partes sublinharam que o referido documento deverá incluir elementos políticos, sociais e económicos, assim como operacionais, incluindo um mecanismo para monitorizar a sua implementação.

b) Preparação da Cimeira UE/África de Lisboa

Regozijando-se com a intensificação do diálogo UE/África, os Ministros concordaram em acelerar os preparativos da realização da segunda cimeira UE/África em Lisboa em Dezembro de 2007, a qual marcará o início de uma nova parceria estratégica para o século XXI.

Ambas partes acordaram que a Cimeira terá de assegurar uma participação alargada e de alto nível por parte da UA e de todos os países africanos e da UE e dos seus Estados Membros e que se deverá centrar em resultados concretos entre os quais devem figurar proeminentemente uma Estratégia Conjunta UE/África e um plano de acção inicial.

c) Matriz Conjunta de Implementação

Os Ministros aprovaram as recomendações feitas pelos altos funcionários de que, face o progresso em curso relativamente à elaboração da Estratégia Conjunta UE/África prevista, quaisquer actualizações da Matriz Conjunta de Implementação deverão ser temporariamente adiadas até que os peritos encarregues de elaborar a Estratégia Conjunta desenvolvam e formulem propostas sobre mecanismos de implementação, de monitorização e de avaliação para a Estratégia Conjunta UE/África e sobre a aplicação da Matriz Conjunta de Implementação.

d) Desenvolvimentos no seio da UE e da UA

Os Ministros trocaram informações sobre os desenvolvimentos ocorridos respectivamente no seio da UE e UA.

2. PAZ E SEGURANÇA

a) Arquitectura Africana para a Paz e a Segurança (AAPS)

Os Ministros lembraram o compromisso da União Africana para com a criação da Arquitectura Africana para Paz e Segurança (AAPS) e sublinharam a necessidade de prosseguir com apoio apropriado, coerente e duradouro por parte da UE para com a criação da AAPS, incluindo um financiamento previsível e flexível para as operações de apoio à paz sob supervisão de África.

Neste Contexto, os Ministros salientaram que as Estruturas Africanas da Paz (APF) permanecem, de longe, a fonte mais importante de financiamento para este apoio e congratularam-se com o compromisso da UE de disponibilizar uma quantia de 300 milhões de Euros para as Estruturas no quadro da 10^a FED por um período inicial de três anos (2008-2010).

Com o intuito de reforçar a coerência do apoio da UE à AAPS, os Ministros frisaram ainda a necessidade de a UE apoiar a capacitação a longo prazo, incluindo a gestão de crises militares e civis relacionadas com as capacidades Africanas de prevenção, gestão e resolução de conflitos. Os Ministros regozijaram-se com as discussões em curso sobre o conceito da UE para reforço de capacidades Africanas de prevenção, gestão e resolução de conflitos” e realçaram que, com vista a assegurar a implementação eficaz das acções propostas no referido plano, ambas as partes deveriam respeitar os seus respectivos compromissos, nomeadamente, (1) por parte da UE, implementação flexível, coordenada estreitamente com outros parceiros internacionais; um compromisso para desenvolver soluções sustentáveis de apoio às operações africanas de apoio à paz em termos gerais e, a curto prazo, de missões específicas, incluindo através da criação recente de um fundo da UE para apoiar a AMIS. (2) por parte de África, um compromisso para multiplicar os esforços com vista à criação da Força Africana de Alerta (FAA) e reforçar cada vez mais a coordenação e as linhas de responsabilidades entre a UA e as organizações sub-regionais; aumentar a capacidade de planificação e gestão de operações de apoio a paz e assegurar a operacionalização atempada do Sistema de Alerta Prévio e do Painel de Sábios.

Ambas as partes fizeram referência à necessidade de a UE prosseguir com o apoio no domínio da formação e de exercícios da Força Africana de Alerta. A UA congratulou-se com as propostas feitas pela UE neste domínio,

incluindo a transformação do RECAMP num instrumento europeu, com vista a apoiar, *inter alia*, a criação em pleno da FAA e de programas nacionais que poderiam ser propostos pelos Estados Membros da UE.

b) Discussões sobre as situações de crise/países

Sudão: Situação no Darfur

Os Ministros congratularam-se com o resultado das consultas entre a UA-ONU- Governo de Sudão (GoS) sobre o Módulo de Apoio Reforçado para a Missão Africana no Sudão (AMIS) e salientaram a necessidade de prosseguir de forma expedita com a sua implementação. Os Ministros aguardam com expectativa consultas construtivas UA-ONU-GoS relativas à implementação da Operação Híbrida UA/ONU. Neste contexto, congratularam-se também com a nomeação do Sr Rodolphe Adada, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Congo, como Representante Especial Conjunto da UA/ONU para o Darfur.

Os Ministros deram o seu apoio total aos esforços da UA/ONU, sob a direcção do enviado especial da UA, Salim Ahmed Salim e do Representante Especial da ONU, Jan Eliasson, para lançamento de um abrangente processo político conducente a uma paz sustentável no Darfur e apelaram às partes do Acordo de Paz no Darfur (DPA) e aos movimentos não-signatários para encetarem negociações de forma construtiva e sem demora. Os Ministros enalteceram o Consenso de Trípoli de 28 de Abril de 2007, o qual estipula as modalidades para se alcançar uma paz duradoura na região.

Os Ministros condenaram veementemente a morte de pessoal da AMIS no Darfur e quaisquer ataques contra a AMIS e sublinharam a importância vital de prosseguir com o apoio à missão até que a transição para a Operação Híbrida da UA/ONU seja concretizada.

A UA exprimiu o seu apreço pelo apoio da UE à AMIS, incluindo o reabastecimento da Estrutura Africana da Paz (APF) e as contribuições adicionais bilaterais para o financiamento da AMIS.

Os Ministros expressaram a sua profunda preocupação relativamente ao conflito contínuo e às situações medonhas tanto em termos de direitos humanos como humanitárias no Darfur. Os Ministros condenaram as violações do cessar-fogo por todas as partes e, em particular, a violência directa contra as populações civis e exortaram firmemente todos os actores a pararem com a violência, a protegerem os civis e a garantirem a distribuição segura e facilitada da assistência humanitária.

Somália

Os Ministros consideraram deploráveis os combates recentes em Mogadíscio, que provocaram a perda de muitas vidas e imenso sofrimento às populações civis. Os Ministros exortaram todas as partes a empenharem-se na cessação duradoura das hostilidades com vista a evitar mais derramamento de sangue e a garantir o acesso sem obstáculos do trabalho de assistência humanitária.

Os Ministros reiteraram a necessidade urgente de um processo político genuíno. Neste sentido, os Ministros exortaram o Governo Federal de Transição (TFG) a lançar um diálogo político abrangente baseado na Carta Federal de Transição. Os Ministros apelaram ao TFG para que assegure que a convocação do Congresso Nacional de Reconciliação seja feita assim que possível e que este seja verdadeiramente representativo de todas as partes e de todos os actores na Somália. Os Ministros exortaram todos os actores Somali a apoiarem o Congresso e a participarem nele de forma construtiva.

A UE reiterou o seu apoio à Missão da UA na Somália (AMISOM). Os Ministros realçaram a importância do destacamento pleno e eficaz da AMISOM, tendo-se congratulado com os destacamentos efectuados até aqui e apelaram aos potenciais países contribuintes com tropas para que as destaquem o mais depressa possível. A UA exprimiu o seu apreço relativamente à contribuição financeira da UE para a AMISOM e apelou a um apoio complementar com vista a facilitar o destacamento pleno e a sustentabilidade da AMISOM.

Região dos Grandes Lagos

Com a conclusão bem sucedida do processo de transição na RDC, as perspectivas para o futuro da Região dos Grandes Lagos tornaram-se mais animadoras. Tanto a UA como a UE estão empenhadas na continuação da sua cooperação activa com as novas autoridades congolezas com vista à consolidação da paz e da democracia, permitindo que se enfrentem os desafios urgentes de melhoramento do sistema governativo, incluindo o respeito pelos direitos humanos e a concretização da reconstrução e do desenvolvimento sustentável. Deplorando a violência que eclodiu em Kinshasa em Março de 2007, os Ministros apelaram ao governo e à oposição para que cooperem com vista a alcançar uma paz duradoura na RDC. Os Ministros sublinharam a importância da Reforma do Sector da Segurança (RSS) e exortaram todos os grupos armados a integrarem o exército nacional ou a desmobilizarem-se. A UE reiterou o seu apoio constante no domínio da RSS com base num acordo anterior com o Governo sobre as prioridades e a coordenação. Ambas as partes congratularam-se com a extensão do mandato da MONUC.

No que diz respeito ao Burundi, os Ministros regozijaram-se com o progresso alcançado com vista ao reforço da estabilidade política. A UE exprimiu o seu apreço relativamente aos esforços envidados pela UA para a consolidação da paz, incluindo a facilitação do processo pela África do Sul. Os Ministros apelaram a um apoio internacional abrangente em conformidade com os esforços envidados pela Comissão da ONU para a Consolidação da Paz (PBC).

Os Ministros reconheceram a necessidade de a região trabalhar em conjunto de modo a alcançar a estabilidade e o desenvolvimento duradouros. Neste sentido, os Ministros congratularam-se com o facto de os países estarem a colaborar no quadro da Comissão Tripartida e Conjunta, da Communauté Économique des Pays des Grands Lacs/Comunidade dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL) e o Pacto para a Paz, Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos.

Côte d'Ivoire

Os Ministros congratularam-se com a assinatura do acordo político de 4 de Março de 2007 em Ouagadougou entre o Presidente da República de Côte d'Ivoire e o Secret-rio Geral das *Forces Nouvelles* . Os Ministros enalteceram o empenho pessoal do Presidente do Burkina Faso, Sua Excelência, Blaise Campaoré, no seu papel de facilitador.

Os Ministros apelaram a todas as partes para que respeitem o calendário acordado para a sua implementação. Neste sentido, ambas as partes regozijaram-se com a formação de um governo de transição e com a criação de um centro de comando do exército integrado e aguardam com expectativa o início rápido do processo eleitoral. Com vista a pôr fim à crise no país, ambas as partes reiteraram a necessidade da identificação eficiente das populações e do desarmamento dos grupos armados, com o intuito de criar condições propícias à realização de eleições livres, justas e transparentes. A reunião expressou também a sua preocupação face ao recrudescimento da violência na zona ocidental do país e apelaram à consolidação da paz em todo o país. Neste contexto, os Ministros apelaram à comunidade internacional para que mantenha a presença e o seu apoio a Côte d'Ivoire.

Ambas as partes enalteceram a ONU e o Grupo Internacional de Trabalho pela sua contribuição constante para a estabilidade e progresso na Côte d'Ivoire. Os Ministros apelaram à participação adequada da comunidade internacional e em particular à ONU, UA e CEDEAO para acompanharem e monitorizarem a implementação do Acordo de Ouagadougou.

3) GOVERNAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

a) Agenda da UA para a governação (Carta da UA/MAEP/Iniciativa de governação da UE)

Os Ministros reiteraram que a promoção da governação democrática é uma base essencial para a cooperação entre África e a UE. Os Ministros realçaram que a governação democrática é uma parte integrante dos desafios comuns da UE e de África a nível mundial, bem como para a sua parceria política centrada no povo que estará no âmago da Estratégia Conjunta UE/África.

Os Ministros insistiram que o respeito e a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, com a consolidação de instituições eficientes, sensíveis, transparentes e democráticas, assim como a integração dos actores não-estatais, são de uma importância fundamental para a paz, segurança, o desenvolvimento duradouro e a integração regional e continental tanto em África como na UE. Os ministros sublinharam o seu compromisso de continuar a apoiar os esforços de reforma da governação a todos os níveis. O respeito pela propriedade, o diálogo entre parceiros e a focalização em incentivos para reformas foram reconhecidos como os princípios fundamentais de uma abordagem comum UE/África. Os Ministros comprometeram-se também a aplicar a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda à sua visão partilhada sobre a governação.

Lembrando que o Mecanismo Africano de Revisão Por Pares (MARP) demonstrou ser um mecanismo genuinamente africano de auto-monitorização dos padrões de governação política, económica e empresarial, os Ministros encorajaram a participação o mais abrangente possível no processo. Os Ministros continuarão a apoiar os processos de revisão, facilitados pelo Secretariado do MARP, assim como a implementação de reformas decididas pelos países africanos.

Enalteçando a iniciativa do MARP, a UE continuará a dar o seu apoio ao processo. A UE, mediante a sua Iniciativa de Governação, dará ainda apoio financeiro adicional a países africanos que enveredem pelo caminho de reformas. Tendo em conta o potencial de a Iniciativa de Governação apoiar as estratégias de reforma da governação de origem africana, os Ministros aguradam com expectativa serem informados regularmente sobre o processo de revisão da Iniciativa de Governação e encorajam a troca regular de informações entre a UA e a UE e uma cooperação intensificada em todas as questões de governação.

b) Diálogo sobre os direitos humanos a nível de peritos

Em relação à 6ª Reunião Ministerial da Troika UE/África, e confirmada pela 7ª reunião subsequente, as partes acordaram em realizar, o mais cedo possível, a primeira reunião de peritos dos direitos humanos UE/África, que será uma oportunidade de debater o modo de implementação de compromissos conjuntos neste domínio e como intensificar a coordenação UE/África em tais questões nos fóruns internacionais, incluindo no Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

O estabelecimento deste diálogo permitirá ainda discutir os possíveis modos de apoio da UE aos esforços envidados por africanos para consolidar os direitos humanos e a democracia com base, *inter alia*, na Carta Africana da Democracia, Governança e Eleições e nas iniciativas tais como o Plano de Acção UE/África sobre o Tráfico de Seres Humanos.

c) Bens Culturais

Os Ministros reiteraram os compromissos assumidos em reuniões Ministeriais anteriores UE/África e aguardam com expectativa um novo impulso sobre esta questão no contexto da elaboração da Estratégia Conjunta UE/África.

Os Ministros encarregaram os peritos de ambas as partes a reunirem-se e debaterem formas de facilitar a implementação das decisões e os compromissos assumidos a respeito dos bens culturais no quadro do diálogo UE/África, incluindo a respeito dos seus aspectos jurídicos e a apresentarem as respectivas recomendações na próxima reunião Ministerial das Troikas.

4) INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMERCIAL

a) Acordos de Parceria Económica (APE)

Ambas as partes congratularam-se com o novo impulso político dado às negociações dos APE pelas reuniões ministeriais regionais no início do corrente ano, com vista a chegar a uma conclusão mutuamente satisfatória dentro do prazo acordado.

Ambas as partes confirmaram os objectivos fundamentais dos Acordos de Parceria Económica, nomeadamente combater a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável nos países ACP e aumentar a sua participação na economia mundial.

A UA, por seu lado, evocou a Declaração da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA que apelou à UE para prorrogar a data-limite de conclusão das negociações para lá do prazo de Dezembro de 2007.

Os Ministros reiteraram o seu grande interesse na dimensão do desenvolvimento das políticas e negociações comerciais, na necessidade de apoiar os processos de integração regional e na importância do acesso aos mercados da UE de produtos de exportação revestidos de interesse para os países africanos

Num esforço de reforçar a integração económica regional e a promoção do comércio intra-africano, ambas as partes concordaram em cooperar no desenvolvimento de infra-estruturas, em particular nas iniciativas locais e transfronteiriças e a dar um novo impulso a medidas com vista a superar os constrangimentos da política de oferta.

b) OMC/Agenda do Desenvolvimento de Doha (DDA)

Ambas as partes concordaram em continuar a envidar esforços colectivos com vista a avançar com a Agenda do Desenvolvimento de Doha no quadro da OMC e a cooperar cada vez mais em questões de interesse comum.

5. QUESTÕES PRINCIPAIS DE DESENVOLVIMENTO

a) Migração

Os Ministros regozijaram-se com o resultado da Conferência África/UE sobre a Migração e o Desenvolvimento, realizada em Trípoli de 22 a 23 de Novembro de 2006. Os Ministros informaram sobre o progresso realizado e reafirmaram o seu compromisso de continuar a implementar o vasto programa de medidas adoptadas na última Declaração Conjunta desta conferência e que constitui o quadro político da parceira África-UE nesta matéria. Os Ministros apelaram às Comissões Europeia e Africana a desenvolverem um roteiro de implementação para a Declaração conjunta, a adoptar na sua próxima reunião da Troika.

Os Ministros destacaram também a Declaração adoptada pela Conferência Ministerial Euro-Africana realizada em Rabat, de 10 a 11 de Julho de 2006.

Além disso, os Ministros realçaram a importância de facilitar as remessas feitas pelos migrantes para os seus países de origem e apelaram à UE para que estabeleça quadros apropriados e que facilite a redução dos custos das referidas remessas.

b) Energia e infra-estrutura

Os Ministros notaram com apreço que houve progressos no diálogo sobre a abrangente Parceria Energética África-UE, diálogo esse exigido no quadro do

Comunicado de Brazzaville desde Outubro de 2006, em particular durante o Fórum da Energia África-Europa realizado em Berlim de 6 a 7 de Março de 2007. A UE informou sobre as conclusões relativas à Cooperação entre África e a Europa no domínio da energia, adoptadas pelo Conselho para os Assuntos Gerais e Relações Exteriores aos 14 de Maio de 2007. Os Ministros regozijaram-se com os compromissos da UE para com a Parceria no domínio energético e a sua inclusão no futuro diálogo sobre a Estratégia Conjunta UE-África, consolidando o quadro global da Parceria de Infra-Estruturas UE-Africa.

A Comissão Europeia e a Comissão da União Africana informaram a reunião sobre o lançamento, em Setembro de 2007, da Parceria de Infra-Estruturas UE-África e respectivo Comité Directivo com vista a apoiar o Plano de Acção de curto prazo das Infra-Estruturas UA/NEPAD (i- STAP) e os programas do Quadro Estratégico de Médio e Curto Prazo (MLTSF) nos sectores dos transportes, da energia, da água e do saneamento básico e das Tecnologias de Informação e Comunicação com vista a facilitar a inter-conectibilidade e o acesso aos serviços aos níveis continental, regional e nacional em África.

c) Mudanças Climáticas

Os Ministros notaram com preocupação as recentes conclusões do Grupo Inter-governamental sobre a Mudança Climática (GICC), as quais apresentam provas irrefutáveis de que a mudança climática induzida pelo Homem está a acontecer e que terá efeitos muito negativos, particularmente em regiões em desenvolvimento, incluindo o Continente Africano.

A UE congratula-se com a discussão sobre a mudança climática durante a Cimeira da UA de Janeiro de 2007 e manifestou a sua disponibilidade para apoiar a União Africana a enfrentar os desafios da mudança climática. A mudança climática será uma das áreas nucleares da cooperação no âmbito da Estratégia Conjunta UE-África e será debatida como ponto prioritário na agenda da próxima cimeira UE-África. “Mudança Climática e Desenvolvimento” será também o tema das segundas Jornadas Europeias de Desenvolvimento Europeu, a realizar entre 7 e 9 de Novembro de 2007 em Lisboa.

Os Ministros destacaram o prazo exíguo para a negociação de um acordo internacional pós-2012 sobre a protecção do clima no quadro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC). Ambas as partes reconheceram que será necessário um acordo abrangente de ampla extensão para cercear os efeitos negativos da mudança climática.

d) Questões para debate aprofundado

Os Ministros salientaram a necessidade de reflectir cada vez mais e de trabalhar afincadamente sobre questões tão importantes como a questão dos

compromissos no quadro do APO e o alívio da dívida, assim como o retorno dos fundos ilegalmente adquiridos.

Os Ministros acordaram em realizar a 9ª Reunião Ministerial da Troika da África/UE em Outubro de 2007 em Acra, no Gana.

Pela parte Africana

assinado

Pela parte da UE

assinado

EX.CL/342 (XI)
Anexo 2

Esboço para a Estratégia Conjunta UE-África
Conforme aprovada pela Reunião da Troika Ministerial de 15 de Maio

Esboço para a Estratégia Conjunta UE-África

Conforme aprovada pela Reunião da Troika Ministerial de 15 de Maio

I. CONTEXTO, VISÃO E PRINCÍPIOS PARTILHADOS**1. Contexto**

África e a Europa estão unidas pela história, cultura e geografia, assim como por uma comunhão de valores: o respeito pelos direitos humanos, pela liberdade, igualdade, solidariedade, justiça, pelo estado de direito e pela democracia, conforme consagrado nos acordos internacionais relevantes e nos textos constitutivos das nossas respectivas Uniões.

Desde a histórica primeira Cimeira UE-África no Cairo em 2000, onde a nossa parceria foi reforçada por meio da institucionalização do nosso diálogo, ocorreram consideráveis alterações em ambos os continentes. Foram lançados processos de democratização e de reformas tanto em África como na Europa, sendo que estes processos estão a ser aprofundados e continuam a ser envidados esforços em ambos os continentes para lidar com situações de crise e de conflito. Ao mesmo tempo, os processos de integração em ambos os continentes têm vindo a ganhar velocidade – a Organização para a Unidade Africana (OUA) foi transformada na União Africana (UA) e integrou a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) enquanto programa sócio-económico, ao passo que a União Europeia (UE) quase duplicou o seu tamanho. O mundo também mudou: surgiram novos desafios internacionais e globais, a globalização avançou rapidamente e o mundo tornou-se cada vez mais interdependente.

Em resposta a estes desafios, a cooperação entre África e a Europa desenvolveu-se e diversificou-se rapidamente. Ambos os lados desenvolveram estratégias políticas e documentos de políticas para orientação da sua cooperação, incluindo o Acto Constitutivo da UA e o Quadro Estratégico 2004-2007 e a Estratégia UE-África de 2005. Contudo, é agora altura de estes dois vizinhos, com a sua rica e complexa história, forjarem uma nova e mais forte parceria que desenvolva as suas novas identidades e instituições renovadas, que tirem proveito das lições do passado e que providenciem um quadro sólido para uma cooperação a longo-prazo, sistemática e bem integrada. Há agora uma necessidade de uma nova fase na relação UE-África, de uma nova parceira estratégica e de uma Estratégia Conjunta UE-África enquanto visão política e roteiro para a cooperação futura entre os dois continentes em áreas e campos já existentes e outros novos.

2. Visão Partilhada

O objectivo desta Estratégia Conjunta é levar a parceria UE-África a um novo e estratégico nível de uma parceria política reforçada e de elevada cooperação a todos os níveis. A parceria terá com base um consenso Euro-Africano de valores, interesses comuns e objectivos estratégicos comuns e irá marcar o início de uma nova fase nas relações UE-África. A parceria deveria almejar e transpor a distância entre África e a Europa por meio da promoção do desenvolvimento duradouro em ambos os

continentes, vivendo lado a lado em paz, segurança, prosperidade, solidariedade e dignidade.

Esta Estratégia Conjunta, que irá providenciar um quadro abrangente para as relações UE-África, será implementada por meio de um diálogo político reforçado a todos os níveis, com resultados concretos e mensuráveis em todas as áreas da parceria, incluindo a paz e a segurança, a governação e os direitos humanos, a integração comercial e regional e questões-chave do desenvolvimento.

3. Princípios

Esta parceria e o seu posterior desenvolvimento serão orientados pelos princípios fundamentais da unidade de África, da interdependência entre África e a Europa, da propriedade e responsabilidade conjuntas e do respeito pelos direitos humanos, princípios democráticos e pelo estado de direito, assim como pelo direito ao desenvolvimento. À luz desta nova parceria, ambos os lados se comprometem a reforçar a coerência e eficácia dos acordos, políticas e instrumentos existentes.

A parceria será, para mais, orientada por um diálogo político, uma co-gestão e uma co-responsabilidade reforçados na nossa cooperação bilateral, com rumo a questões globais, à partilha de encargos e responsabilização mútua, à solidariedade e confiança mútua, igualdade e justiça, segurança comum e humana, respeito pela lei internacional e pelos acordos internacionais, igualdade de géneros e não-discriminação e, por fim, mas não por último, a uma abordagem a longo prazo.

II. OBJECTIVOS

Os quatro principais objectivos desta parceria estratégica de longo prazo são:

1. Reforçar e elevar a **parceria política EU-África** de modo a abordar questões de preocupação comum, que incluem questões de reforço de laços institucionais e que lida com desafios comuns tais como a paz e a segurança, a migração e um meio ambiente limpo. De modo a alcançar esta parceria, nós iremos considerar África como um todo e melhorar o diálogo político EU-África de modo a viabilizar uma parceria continente- com continente forte e duradoura, estando a UA e a UE no centro.
2. Continuar a promover a paz, a segurança, o desenvolvimento duradouro, os direitos humanos e a integração regional e continental em África e assegurar que todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) são alcançados em todos os países africanos até ao ano 2015.
3. Promover conjuntamente e manter um sistema de multilateralismo eficaz e de instituições multilaterais fortes e legítimas, promover a reforma do sistema das Nações Unidas (ONU) e lidar **com desafios globais** e preocupações comuns tais como os direitos humanos, o comércio, o VIH/SIDA, a malária, a tuberculose, as mudanças climáticas, a segurança e durabilidade da energia, questões de CIT, ciência e tecnologia, terrorismo e armas de destruição maciça.

4. Facilitar e promover uma **parceria centrada nas pessoas**, de base alargada e de grande alcance, nós iremos dar poder a agentes não-estatais para que desempenhem um papel activo nos processos de desenvolvimento, da prevenção de conflitos e de reconstrução pós-conflito. Iremos também promover abordagens holísticas dos processos de desenvolvimento, incluindo a instauração da democracia com o envolvimento de todos os interessados e fazer desta Estratégia Conjunta uma plataforma permanente de informação, participação e mobilização de uma gama abrangente de agentes da sociedade civil. O diálogo em curso com a sociedade civil, o sector privado e os interessados locais sobre questões abordadas por esta Estratégia Conjunta será um componente-chave para assegurar a sua implementação.

III. NOVAS ABORDAGENS

De modo a alcançar estes ambiciosos objectivos, a UE e África terão de abordar conjuntamente um número de desafios-chave políticos que são pré-requisitos para a nova parceria e que incluem:

- Trabalhar em conjunto no sentido de adaptar gradualmente políticas e quadros legais e financeiros relevantes, assim como mecanismos e instrumentos de cooperação relevantes, às necessidades e objectivos da parceria e criar um quadro que lide melhor com as preocupações de cada um.
- Distanciar-se de uma relação tradicional e avançar para uma parceria real caracterizada pela igualdade e pela busca de objectivos comuns.
- Desenvolver experiências e lições positivas obtidas da nossa antiga relação, na qual foram aplicados mecanismos e instrumentos de sucesso em áreas de políticas específicas e aprender com as falhas em outras áreas.
- Reconhecer e apoiar em pleno a liderança e os compromissos africanos de modo a criar condições conducentes ao desenvolvimento social e económico duradouro e à implementação efectiva de programas de desenvolvimento apoiados pelos parceiros.
- Promover imagens mais correctas de cada um, que são infelizmente dominadas por estereótipos negativos herdados e que muitas vezes ignoram os espantosos desenvolvimentos positivos nos dois continentes e encorajar o entendimento mútuo entre os povos e as culturas dos dois continentes.
- Fazer um melhor e mais sistemático uso da nossa herança cultural e social partilhada e da riqueza económica e das oportunidades que existem nos dois continentes.
- Integrar na nossa agenda respostas comuns aos desafios globais.
- Ter em mente que só poderemos alcançar os nossos objectivos se esta parceria estratégica for propriedade de todos os agentes relevantes, incluindo a sociedade civil, e se todos contribuírem activamente para a sua implementação.

IV. ESTRATÉGIAS, AGENTES, IMPLEMENTAÇÃO E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO

1. Estratégias

Com vista à implementação desta nova parceria e de modo a atingir os nossos objectivos, nós precisaremos de tomar medidas concretas a fim de fazer progressos significativos no acompanhamento das seguintes áreas inter-relacionadas.

a) Paz e Segurança

- Reforçar a parceria e o diálogo político entre os dois continentes de modo a responder eficazmente a desafios comuns, em particular na área da paz e da segurança.
- Formular e procurar posições comuns em situações de conflito e de crise e em outros assuntos-chave da política internacional.
- Promover a paz e a segurança com base numa abordagem duradoura e holística que englobe a gestão de crises e a construção da paz de longo prazo em relação com a governação, a prevenção de conflitos e abordar com carácter prioritário as causas que estão na base dos conflitos.
- Promover a capacitação de longo prazo, incluindo a gestão de crises militares e civis e apoio coerente e coordenado à Força Africana de Alerta, inclusive por meio da implementação de políticas delineadas no conceito da UE para o reforço das capacidades Africanas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos.
- Assegurar um apoio adequado, coerente e duradouro para a criação e para o funcionamento da Arquitectura da Paz e da Segurança Africana, incluindo políticas PCRD, assim como um financiamento previsível e flexível para operações de apoio à paz com liderança africana.
- Combinar esforços para a promoção e fomento da acção internacional e cooperar em questões de preocupações mútuas relacionadas com a segurança, nomeadamente armas ilícitas brancas e de pequeno porte, minas terrestres e outros remanescentes de guerra e armas de destruição maciça.
- Cooperar na prevenção e na luta contra o terrorismo internacional e o crime organizado, inclusive por meio do intercâmbio de informação.
- Aumentar a partilha de informação, experiência e de lições aprendidas por meio do intercâmbio de pessoal, em particular na área de prevenção, gestão e resolução de conflitos.
- Promover a consciencialização global e mútua do impacto na segurança e estabilidade de questões ambientais tais como as mudanças climáticas, a degradação ambiental, a gestão da água e os depósitos de resíduos tóxicos.

b) Governação e Direitos Humanos

- Empreender um diálogo holístico sobre a democracia, a governação, o estado de direito e cooperar na luta contra a corrupção em concordância com os instrumentos relevantes.
- Trabalhar em conjunto para proteger e promover os direitos humanos de todas as pessoas em África e na Europa, inclusive por meio de um diálogo reforçado entre as instituições relevantes na UE e em África.
- Trabalhar em conjunto para a promoção e protecção dos direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional em fóruns internacionais, incluindo no Conselho dos Direitos Humanos da ONU, e para a implementação efectiva de instrumentos internacionais e regionais dos direitos humanos.
- No contexto de situações de conflito, de crise ou de instabilidade, bem como de institucionalização e de desenvolvimento de discussões em vários fóruns internacionais, decidir encetar um diálogo sobre o conceito da fragilidade dos Estados com vista a chegar a um entendimento comum e a um acordo relativamente aos passos a dar.
- Apoiar o desenvolvimento institucional, a partilha de conhecimento e a capacitação de instituições africanas públicas e privadas a todos os níveis – nacional, regional e panafricano – e a arquitectura emergente de governação africana.
- Apoiar programas de liderança africana de reforma de governação e os esforços de construção da democracia com base em, *inter alia*, o Mecanismo Africano de Revisão por Pares (MARF) e a Carta Africana sobre a democracia, a Governação e as Eleições.
- Promover um aumento dos esforços para lidar com o comércio ilícito de recursos naturais, inclusive por meio de iniciativas globais tais como o Processo de Kimberley, EITI e FLEGT, assim como com questões relacionadas com a falsificação de dinheiro e branqueamento de capitais, e cooperar na facilitação do regresso de bens ilegalmente adquiridos aos seus países de origem.
- Cooperar para acabar com o comércio ilegal de bens culturais, facilitar e apoiar o regresso de bens culturais adquiridos ilegalmente aos seus países de origem.

c) Integração Comercial e Regional

- Melhorar a governação económica e o clima de investimento de modo a afastar-se do apoio contínuo dos dadores e encontrar um lugar nos mercados globais.
- Construir a infra-estrutura técnica e as capacidades de produção de África, inclusive por meio do desenvolvimento de um quadro estratégico industrial continental.

- Prosseguir com os processos EPA de modo a apoiar a integração regional e a apresentação dos seus resultados de desenvolvimento, assim como assegurar a coerência e a consistência entre acordos futuros e já existentes.
- Respeitar e apoiar os processos de integração de África com base no Tratado de Abuja.
- Apoiar a integração comercial em África, com vista a um mercado continental plenamente integrado, por meio da harmonização do comércio, da facilitação do comércio, de alfândegas, políticas agrícolas e industriais, leis, regulamentos e procedimentos, assim como por meio da simplificação e racionalização de quadros institucionais.
- Capacitar em termos técnicos e institucionais para negociações em áreas comerciais e outras relacionadas, tais como qualidade e segurança alimentar, bens industriais, TBT/SPS e gestão de bens essenciais de modo a promover o comércio africano e a salvaguardar a saúde e os direitos dos consumidores.
- Promover ambientes favoráveis ao investimento e ao negócio, inclusive por meio do apoio à Infra-estrutura de Clima de Investimento, de modo a encorajar o desenvolvimento do sector privado de África e continuar a facilitar o diálogo com o sector privado em ambos os continentes, incluindo por meio de um Fórum de Negócios UE-África.
- Continuar a promover o acesso ao mercado de bens e serviços à UE e redobrar esforços no quadro da parceria UE-África, bem como em negociações comerciais multilaterais para reduzir efectivamente e eliminar progressivamente todos os variados obstáculos ao comércio de produtos com interesse de exportação para países africanos.
- Reforçar concertações conjuntas e desenvolver posições comuns em negociações comerciais multilaterais no seio da OMC, em particular na dimensão do desenvolvimento da ronda de Doha e trabalhar em conjunto no sentido de uma conclusão rápida e bem sucedida das negociações comerciais da OMC que tomem em plena consideração os melhores interesses de África e da UE.

d) Questões-chave de Desenvolvimento

Cooperação para o Desenvolvimento

- Aumentar a ODA de forma significativa, implementar a Declaração de Paris sobre eficácia da ajuda e trabalhar no sentido do cancelamento da dívida em fóruns apropriados.
- Promover a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento tanto nas políticas da UE como nas políticas africanas que tenham impacto sobre o desenvolvimento duradouro de África.

- Promover um financiamento previsível e duradouro de esforços de liderança africana.

Desenvolvimento humano e social

- Abordar conjuntamente as questões de emprego e trabalhar em conjunto para criar mais trabalho, mais condigno e mais produtivo, em África, em particular para as mulheres e os jovens em África.
- Promover a criação de empregos, de formação e educação vocacional (VET) e de desenvolvimento de competências.
- Providenciar um financiamento de longo-prazo e previsível para os planos nacionais de educação de modo a ajudar a assegurar que todas as crianças frequentem a escola, inclusive por meio da Iniciativa de Aceleração do Programa “Educação para Todos” e da Iniciativa Africana de Educação para Todos.
- Desenvolver a Declaração de Adis Abeba de 2007 sobre o reforço da cooperação na ciência, tecnologia e investigação para o desenvolvimento.
- Reforçar os sistemas nacionais de saúde de modo a assegurar em número suficiente trabalhadores da área da saúde, infra-estrutura, sistemas de gestão e aprovisionamento com vista a alcançar os OMD da saúde “VIH/SIDA, saúde e educação”.
- Alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva até 2015 conforme delineado pela Conferência Internacional para o Desenvolvimento e a População (ICDP).
- Assegurar a igualdade de géneros em todas as políticas, em especial as que dizem respeito aos serviços sociais para as mulheres, para os grupos vulneráveis, bem como para as pessoas com necessidades especiais.
- Reforçar a cooperação, o intercâmbio e o diálogo cultural entre os dois continentes.
- Promover imagens mais correctas de cada um por meio de um reforço de intercâmbios e contactos de agentes não-estatais, incluindo sindicatos, o sector privado, os meios de comunicação social, as escolas, universidades, instituições culturais e de investigação, inclusive por meio do apoio à geminação entre organizações da sociedade civil.

Sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas

- Trabalhar em conjunto na arena global e nos fóruns internacionais de modo a dar respostas e a ter uma adaptação eficaz às mudanças climáticas e a outros desafios ambientais, tais como a desertificação, a desflorestação, a biodiversidade e questões relacionadas com resíduos tóxicos.

- Prestar assistência a África na sua luta contra a desertificação, a desflorestação e a perda de biodiversidade e apoiar os esforços para eliminar problemas relacionados com os resíduos tóxicos em África.
- Promover a sustentabilidade ambiental e a integração de considerações ambientais na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento.
- Reforçar a cooperação e apoiar a capacitação na gestão de recursos naturais.

Migração

- Assegurar que a migração pode contribuir para um desenvolvimento duradouro tanto na UE como em África com base em acordos e declarações internacionais relevantes, em especial a Declaração de Trípoli. Desenvolver e implementar estes compromissos, comprometer-se para com uma parceria entre os países de origem, de trânsito e de destino de modo a melhor gerir a migração de uma forma abrangente, holística e equilibrada, num espírito de partilha de responsabilidade e de cooperação. Para este fim, reforçar o diálogo sobre a migração e o desenvolvimento.
- Implementar o Plano de Acção UE-África sobre o Tráfico de Seres Humanos, em especial no que diz respeito a mulheres e crianças.

Agricultura e Segurança Alimentar

- Apoiar os programas e as prioridades da UA/NEPAD e reafirmar os compromissos para cooperação na área da segurança alimentar e promover uma agricultura sustentável com vista a assegurar uma segurança alimentar para todos os Africanos e a alcançar os OMD.

Infra-estruturas

- Promover a interconectividade da infra-estrutura africana a todos os níveis em consonância com as prioridades da UA/NEPAD, inclusive por meio da implementação da Infra-estrutura da Parceria e do Fundo Fiduciário UE-África.
- Reforçar a cooperação e apoiar a luta contra o fosso no domínio digital em África e promover o desenvolvimento de uma Economia de Conhecimento abrangente, inclusive por meio da implementação dos resultados da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação e os programas relevantes da UA/NEPAD.
- Desenvolver mais o diálogo em curso sobre a energia com o objectivo geral de alcançar o acesso a serviços energéticos seguros, fiáveis, monetariamente comportáveis, favoráveis ao ambiente e duradouros, tanto para a UE como para África, inclusive através do lançamento de uma Parceria Energética África-UE.

2. Agentes

Esta parceria estratégica irá envolver e será implementada por um grande número de agentes institucionais e não-institucionais na UE e em África aos níveis continental, regional, nacional e local.

Os parceiros deveriam dar maior valor ao papel das suas organizações continentais na facilitação desta parceria e deveria ser-lhes dada a incumbência de trabalhar estreita e conjuntamente, inclusive por meio de um diálogo mais regular entre as correspondentes instituições da UE e da UA, para preparar e assegurar o acompanhamento das decisões. Há que salientar, no entanto, que esta parceria estratégica e a implementação efectiva das políticas e das acções delineadas na Parceria Conjunta é também da responsabilidade partilhada dos Estados da UE e de África. O diálogo institucional deverá ser complementado pelos contributos de vários interessados.

Neste contexto, os parceiros reconhecem a necessidade de uma distribuição mais clara de papéis e de responsabilidades entre os níveis panafricano, sub-regional, nacional e local e entre os diferentes agentes do lado da UE, assim como a necessidade de coerência e complementaridade com outros agentes internacionais.

Os parceiros reconhecem ainda que a Estratégia Conjunta deveria ser propriedade conjunta de agentes não-institucionais Europeus e Africanos e que estes agentes poderão desempenhar um papel importante no avanço dos objectivos da parceria.

3. Mecanismos de implementação e de acompanhamento

A Estratégia Conjunta será implementada por meio de sucessivos Planos de Acção que desenvolverão a parte operacional desta Estratégia. Serão identificados e implementados programas, projectos e actividades relevantes.

A implementação desta nova Estratégia Conjunta necessita também de um diálogo alargado e intensificado que englobe um maior número de agentes, incluindo peritos, oficiais séniores, oficiais parlamentares, Ministros e Chefes de Estado e de Governo que se reúnam ao mais alto nível político, assim como agentes não-estatais, organizações regionais e outros interessados.

Face às ambições da nova parceria, conforme delineadas nesta Estratégia Conjunta, os vários níveis de diálogo deveriam ser articulados de um modo apropriado, o que permitirá aos parceiros abordarem novas questões de preocupação mútua e de interesse comum para a UE e África. A frequência destas reuniões a nível político, nomeadamente de oficiais séniores, de ministros e de Chefes de Estado e de Governo terá de ser reforçada de modo a levar avante os objectivos da Estratégia Conjunta.

Enquanto desenvolvimento da já existente Matriz de Implementação Conjunta enquanto plataforma, serão criados em conjunto mecanismos de monitorização e avaliação com vista a, *inter alia*, avaliar o impacto da Estratégia em alvos e resultados pretendidos.

As duas partes irão trabalhar estreitamente em conjunto de modo a assegurar um financiamento apropriado e a reforçar a acessibilidade de fontes de financiamento por forma a dar efeito a esta Estratégia e aos seus sucessivos Planos de Acção.

A Estratégia Conjunta é um projecto de longo-prazo e será revisto regularmente e conforme for considerado apropriado.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report on the follow-up of Africa-Europe dialogue

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4461>

Downloaded from African Union Common Repository